

Língua de Sinais: Uma História de Restrições e Conquistas

Clarissa Machado Oliveira¹

Mônica Zavacki de Moraes²

Tatiane Santos³

Melânia de Melo Casarin⁴

melmec@bol.com.br

Signal Language: A History of Restrictions and Conquests

Resumo

O presente artigo versa sobre a percepção vivida ao longo dos anos em relação aos surdos, sua língua e sua educação. O uso da língua de sinais por Abade Michel de L'pée e seus alunos no séc. XVIII chegou a ser tema de estudos para alguns pensadores. Porém no séc. XIX os ouvintes declararam a preponderância do oralismo sobre qualquer outra metodologia de educação para os surdos.

Embora a língua oral tenha sido declarada a língua oficial, os surdos permaneceram reunidos e legitimaram esta aproximação através do uso da língua de sinais. Conseqüentemente surgem no séc. XX algumas pesquisas acerca da língua de sinais, comprovando o seu papel no desenvolvimento

cognitivo e na construção da identidade das pessoas surdas.

Atualmente a língua de sinais é temática de estudo para os profissionais envolvidos na educação das comunidades surdas.

Abstract

The current article treats of the perception faced for many years, concerning to deaf people their language and their education.

The usage of the signal language by Abade Michel de L'Pee and his pupils in the 18th century, became subject of study of some thinkers. However, in the 19th century, the listeners declared the predominance of oralism over any other methodology of education for deaf people. Although the oral language has been declared the official language, the deaf

communities congregate themselves and legitimate this approach through the usage of the signal language.

Consequently, in the 20th century, some ressearches about the signal language emerged, proving its role in the cognitive development and, in the construction of the deaf people's identities.

Nowadays the signal language is still a theme of studies for those professionals involved in deaf people's education.

Por muito tempo surgiram diferentes posições acerca da linguagem das comunidades surdas e sua educação. No final do século XVII, começaram a surgir as primeiras pessoas ouvintes preocupadas com a educação dos surdos. Algumas escolas foram fundadas e parecia que a educação das pessoas surdas iria evoluir.

¹ Acadêmica do Curso de Educação Especial – Habilitação de Deficientes da Audiocomunicação – UFSM.

² Acadêmica do Curso de Educação Especial – Habilitação de Deficientes da Audiocomunicação – UFSM.

³ Educadora Especial.

⁴ Professora Assistente no Departamento de Educação Especial – UFSM.

As idéias iluministas esculpidas pela lógica Newtoniana apontavam novas formas dos filósofos perceberem o homem desse momento.

Do ponto de vista da linguagem, não se pode falar daquela época sem mencionar os nomes de Condillac (1715-1780) e Diderot (1713-1784). Ambos eram filósofos, contemporâneos e conterrâneos do maior instrutor de surdos daqueles tempos, o Abade Michel de L'pée (1712-1789). Sabe-se que os discursos da época influenciaram o abade a pensar na língua de sinais como um dos meios de auxiliar os surdos de Paris.

A língua de sinais foi extinta das escolas e começou a imperar o oralismo, que considerava que o surdo deveria ouvir (por meio de aparelhos e leitura labial), tornando-se um "ouvinte".

Seguidores de Locke, Diderot e Condillac pensavam que todos os conhecimentos inclusive a linguagem convergiam para as sensações. Condillac pretendia demonstrar que a linguagem era condição necessária à ascensão progressiva da sensação à reflexão. Este é um dos temas centrais do *Ensaio sobre o Conhecimento Humano* divulgado por ele em Paris, em 1746. A linguagem dos sons articulados, cujos signos haviam sido inventados pelo homem era a mais cômoda, segundo ele, para a reflexão e necessário intercâmbio entre as pessoas. E para ilustrar esse pensamento cita o caso de um surdo que apesar de relacio-

nar determinados sons a determinados objetos, de repetir palavras e discursos alheios não era capaz de combinar idéias pela linguagem. Condillac atribuiu isso ao isolamento de Charles do convívio social e à inexistência de uma linguagem que pudesse ser compartilhada com as pessoas.

Segundo Malmberg (1991: 57), Condillac foi o primeiro a estabelecer o princípio da linearidade lingüística comparando dois tipos de linguagem de ação: a natural, na qual os signos são dados pela conformidade dos órgãos, e a artificial onde os signos são dados por analogia.

Ao se referir à linguagem de ação artificial, para contrapor-se àquela natural, cita os Sinais Metódicos criados pelo Abade L' Epée que satisfaziam os quesitos da linearidade e arbitrariedade do signo, condição necessária para as "trocas" entre os homens.

Além de Condillac, Diderot em sua Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam, publicada em Paris, em 1751, apresentou a possibilidade para os filósofos de estudar a formação das línguas a partir da investigação da "língua dos gestos" de um surdo de nascença.

Com essas contribuições Condillac e Diderot forneceram um

grande aval ao ensino dos alunos através dos sinais, apoiando o gestualismo que na época já se confrontava com o oralismo.

No entanto, a história dos surdos teve uma grande ruptura no final do século XIX com o Congresso de Milão em 1880, quando foi considerado que a filosofia oralista era mais indicada para os surdos. A língua de sinais foi extinta das escolas e começou a imperar o oralismo, que considerava que o surdo deveria ouvir (por meio de aparelhos e leitura labial), tornando-se um "ouvinte".

A pretensa integração pregava a socialização do surdo mediante o acesso à língua oral, ao mesmo tempo em que o mantinha segregado, o que permitiu o surgimento de comunidades de surdos e o advento de uma língua própria, a Língua de Sinais.

Nos Estados Unidos, mais precisamente em 1960, um lingüista do Gallaudet College, Willian Stokoe, publicou *Sign Language Structure – The first linguistic analysis of American Sign Language*, um texto que se tornou um clássico, além de referência, para os estudiosos das línguas de sinais em anos posteriores.

Stokoe afirmou que os surdos americanos, filhos de pais surdos e/ou membros de comunidades lingüísticas sinalizadoras, utilizavam um sistema de comunicação gestual e lingüístico distinto daqueles filhos de ouvintes ou não-integrados em comunidades surdas. Seus estudos contemplaram

aspectos estruturais da ASL (fonologia, morfologia e sintaxe).

Tanto nesse artigo como no Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles, construído com dois outros autores, Stokoe procura enfatizar o termo "lingüístico", dado à ambigüidade do termo na língua inglesa.

Nas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas em relação à aquisição da linguagem, especialmente em relação à aquisição da língua de sinais, no campo da neurolingüística e da sociolingüística, entre outras áreas.

STOKOE (1965:78), assinala claramente o significado que ele conferia ao termo "sign language".

"... um sinal nesse sentido é um gesto, mas nem todos os gestos são dessa espécie de sinal, e eu irei demonstrar no curso dessa discussão que um número de coisas não usualmente consideradas gestos são parte do meio do sinal na linguagem de sinais."

Stokoe utiliza o termo "sinal" para diferenciar o item lexical das línguas de sinais dos "gestos", elementos que se apresentam com freqüência em sistemas semióticos comunicacionais humanos ou animais. Essa foi a grande provocação da obra de Stokoe, num momento em que a lingüística americana estava fortemente marcada pelos estudos de Sapir e Bloomfield.

Segundo esses autores, a linguagem é percebida como um conjunto de sentenças utilizadas por uma

comunidade, fazendo, entre outras coisas, um tipo de descrição que caracteriza o caráter fonético das línguas. É justamente neste sentido que Stokoe faz as análises lingüísticas da American Sign Language (ASL), procurando identificar todos os aspectos estruturais próprios de uma língua incluindo aqueles fonéticos.

Entretanto, após todo o empenho feito pelo lingüista e os demais trabalhos que foram feitos na área da língua de sinais, os manuais de lingüística ainda seguiram ignorando esses estudos, e as línguas de sinais permaneciam percebidas apenas como um sistema gestual humano da ordem de uma Semiologia Geral e da Antropologia.

Segundo BENVENISTE (1976:89):

"As diferenças são consideráveis e ajudam a tomar consciência do que caracteriza realmente a linguagem humana. A primeira, essencial, está em que não há linguagem sem voz".

Por um bom tempo os lingüistas mantinham esta posição, contrapondo-se às idéias de Stokoe. A primeira crítica feita formalmente foi em 1961, por Landar na revista Language.

A língua de sinais não fazia parte das temáticas publicadas nos

manuais de lingüística e, quando o fizeram em junho de 1968, num Volume da revista Language chamado Pratiques et Langages Gestuels, o artigo de Stokoe de 1960, Sign Language Structure foi publicado no final de um volume no item intitulado: Linguagens de Sinais Artificialmente Criadas. O que se pode dizer é que para os lingüistas da época havia um certo temor, de que a gestualidade, seja da natureza que for, estava fora da Ciência da Linguagem.

Depois da década de 60 estudos descritivos sobre outras línguas de sinais começaram a aparecer. Pode-se citar Peng (1974), no Japão, Sorenson (1975), na Dinamarca, Volterra (1984), na Itália, Behares e Davis (1987), no Uruguai, Johnson e Massone (1990), na Argentina.

Nas últimas décadas, muitas pesquisas têm sido desenvolvidas em relação à aquisição da linguagem, especialmente em relação à aquisição da língua de sinais, no campo da neurolingüística e da sociolingüística, entre outras áreas.

Estudos demonstram que somente as crianças surdas filhas de pais surdos apresentam o input lingüístico adequado para a aquisição da linguagem, mas esse grupo representa a minoria das crianças surdas. No desenvolvimento lingüístico da crianças surdas, pode-se notar que ocorre uma sucessão de períodos de acordo com a idade de cada criança, e que um período simplesmente não acaba

quando o outro começa, o que acontece é uma subposição entre um período e outro. O período que marca o início do desenvolvimento lingüístico é denominado pré-lingüístico e é caracterizado pela utilização do apontar, balbucio manual, gestos sociais. O input visual é necessário para que o bebê passe para etapas posteriores no desenvolvimento da linguagem. Aspectos como o contato visual entre os interlocutores, isto é, o olhar fixo do bebê surdo na face da mãe, o uso de expressões faciais, a atenção que o bebê surdo coloca no meio visual, a produção de um complexo balbucio manual, de gestos sociais e do apontar são aspectos relevantes para o desenvolvimento lingüístico da criança. Outro aspecto a ser considerado no processo de aquisição da linguagem é a interação entre o bebê e a mãe, podendo-se encontrar algumas diferenças no comportamento lingüístico de mães surdas e de mães ouvintes.

Nos bebês surdos, foram detectadas duas formas de balbucio manual: o balbucio silábico e a gesticulação. O balbucio silábico apresenta combinações que fazem parte do sistema fonético da língua de sinais. Ao contrário, a gesticulação não apresenta organização interna.

Mães surdas misturam vocalização e sinais, mesmo quando o bebê é surdo, mas o input apresenta variação de acordo com as diferentes fases do desenvolvimento da criança; à medida que a criança vai aumentando o repertório produtivo, a mãe surda começa a

usar mais sinais e a utilizar mais estratégias específicas de atenção visual. Há registros de que o bebê ouvinte capta indícios sutis no rosto humano que lhe servirão para atribuir significação ao léxico de sua língua.

No que se refere à produção de sinais, encontram-se registros de que, no primeiro ano de vida, a criança passa por mudanças que vão de um simples choro a um complexo balbucio manual. Embora ocorram diferenças individuais entre as crianças, há tendências universais na produção, que refletem a maturação gradual de estruturas articulatórias e do sistema nervoso central, que controlam a área da linguagem, pois gesticulações, tanto de bebês ouvintes, quanto de bebês surdos, são frutos de estímulos internos e não externos, já que os bebês surdos emitem os mesmos emissões que bebês ouvintes. Desse modo, a criança é um participante ativo no processo e é sensível ao ambiente lingüístico. Entretanto, o

balbucio vocal de surdos não inclui seqüências de consoantes e vogais, mas consiste na produção de vocalização não-ordenada.

Para PETITTO e MARANTETTE in QUADROS (1997), o balbucio é uma expressão de uma capacidade lingüística mental e modal do

processamento de falar ou de usar o sinal. Tanto o balbucio manual quanto o balbucio vocal contêm unidades e combinações de unidades que são organizadas de acordo com as propriedades silábicas e prosódicas da linguagem humana e as formas e organizações do balbucio estão ligadas à estrutura lingüística da linguagem. Nos bebês surdos, foram detectadas duas formas de balbucio manual: o balbucio silábico e a gesticulação. O balbucio silábico apresenta combinações que fazem parte do sistema fonético da língua de sinais. Ao contrário, a gesticulação não apresenta organização interna. Há um desenvolvimento paralelo do balbucio oral e do balbucio manual, os bebês surdos e os ouvintes apresentam os dois tipos de balbucio até um determinado estágio, e após, desenvolvem o balbucio da sua modalidade. As semelhanças encontradas na sistematização das duas formas de balbucio sugerem haver no ser humano uma capacidade lingüística independente da modalidade da língua. A mesma autora identifica mais três períodos subseqüentes ao período pré-lingüístico. O estágio de um sinal que inicia por volta dos doze meses da criança surda e percorre um período até por volta dos dois anos, onde as crianças produzem gestos que diferem dos sinais produzidos por volta dos quatorze meses, são as chamadas formas congeladas da produção adulta, são sinais que não são flexionáveis. O estágio das

primeiras combinações surge por volta dos cinco anos, quando as crianças usam a ordem sujeito-verbo ou, ainda, num período subsequente sujeito – verbo – objeto. Nesse estágio, as crianças começam a usar o sistema pronominal, ainda de forma inconsciente. E no último, estágio das múltiplas combinações, onde ocorre a explosão do vocabulário, começam a ocorrer distinções derivacionais, empilhamento e supergeneralizações.

Esses estudos feitos sobre as línguas de sinais e os que foram desenvolvidos nas últimas décadas intensificaram o interesse pela construção do conhecimento e da cultura das pessoas surdas, proporcionando a criação da concepção socioantropológica de surdez.

Segundo essa concepção, a língua natural dos surdos é a Língua de Sinais. Para Skliar (1998:27).

“o termo natural entretanto, não se refere a uma espontaneidade biológica e sim como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração, e que muda tanto estrutural como funcionalmente com o passar do tempo, e a surdez não é mais vista como uma deficiência, mas como diferença lingüística.”

No entanto, o fato de uma criança surda utilizar a língua de sinais como meio de instrução não significa que perca a capacidade de

adquirir uma segunda língua, por isso, o modelo bilíngüe propõe dar acesso à criança surda às mesmas oportunidades psicolingüísticas que possui a ouvinte.

O objetivo do modelo bilíngüe, segundo Skliar in BUENO (2001:39).

“é criar uma identidade surda plena, permitindo à criança surda desenvolver suas potencialidades dentro da cultura surda e aproximar-se da cultura ouvinte, ou seja, ter o acesso a ambas as línguas, a das comunidades surdas (LS) e a da comunidade ouvinte (oral e escrita).”

Nesse contexto, a língua de sinais é fundamental na construção da identidade surda. É através da língua de sinais que as experiências e os valores são transmitidos de modo que todos os membros da comunidade os compreendam.

A comunidade surda vem, ao longo dos anos, buscando igualar seus direitos aos dos ouvintes. A surda Gládis Perlin, coordenadora da Área de Educação da Federação Nacional para a Educação e Integração do Surdo – FENEIS, quer ser reconhecida e chamada de surda, pois não se considera uma deficiente. Gládis defende o direito do surdo à educação e contesta a medicalização.

É senso comum entre as pessoas pertencentes às comunidades surdas constituírem-se num grupo de pessoas que utiliza a língua de sinais, tornando-se assim, um grupo social diferente lingüística e culturalmente. Nesse contexto, a lín-

gua de sinais é fundamental na construção da identidade surda. É através da língua de sinais que as experiências e os valores são transmitidos de modo que todos os membros da comunidade os compreendam. BEHARES (1987:60) chama a essa comunidade surda de grupo de experiência, bem como aos de deficientes físicos, homossexuais etc; devido ao fato de esses grupos terem uma característica (um traço) que os diferencia dos demais, no caso dos surdos, o uso da língua de sinais.

Os componentes das comunidades surdas são, na maioria dos casos, surdos nascidos em famílias ouvintes. Essas famílias, muitas ve-

zes, temem o contato do filho com outros surdos, pois há o receio de que o filho substitua a família pela comunidade de surdos.

Essa situação gera a formação de dois pontos de vista que apresentam dois modelos distintos: o modelo surdo e o modelo ouvinte. A partir da interação social é que a criança surda fará, naturalmente, uma relação de identificação, segundo a idéia “eu sou como essa outra pessoa”.

BEHARES in SKLIAR (1999: 141) afirma:

“Através dos atributos é que se forma uma identidade nas interações entre os indivíduos. Os traços são instru-

mentais e significativos, porque estruturam e permitem a interação (...).”

Em relação à pessoa surda, esse traço que a faz pertencente a uma comunidade (ouvinte) ou à outra (surda) é a língua de sinais enquanto sistema lingüístico, da qual o sujeito faz uso.

Hoje, percebe-se o significado da língua de sinais como elemento constitutivo da identidade surda e instrumento possibilitador de desenvolvimento lingüístico para as comunidades surdas.

Esta percepção foge aos manuscritos e discussões meramente teóricas, convergindo e efetivando-se na prática cotidiana de interação surdos-ouvintes e surdos-surdos percebida no contato com as comunidades surdas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHARES, L.E. *Comunicación, Lenguaje, y Socialización del Sordo: Una visión de Conjunto*. Montevideo: Universidad d la República, 1987.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Cia Editora Nacional/ EDUSP 1976.

DIDEROT; D. *Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam*. Publicado em Paris em 1751. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

MALMBERG; B. *Histoire de la linguistique – de Sumer a Saussure*. Paris: Presses Universities de France, 1991.

BUENO, G. in REVISTA INTEGRAÇÃO. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano 13. Nº 23. 2001.

RONICE; M. de Q. *Educação de Surdos. A Aquisição da Linguagem*. Artes Médicas. POA 1997.

SKLIAR; C. (Org). *A Surdez. um olhar sobre a Diferença*. Editora Mediação. 1998. Porto Alegre.

SKLIAR, C. (Org). *Atualidades da educação bilíngüe para surdos*. Vol..1. Mediação. 1999.

STOKOE, W. C; CASTERLINE, D. & CRONEBERG G. C; *A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Washington: Gallaudet College Press, 1965/1976.